- O impedido advoga contra todos os demais, inclusive em causa própria; contra o ente do impedimento, não advoga nem em causa própria nem para familiar (art. 30).

QUADRO 3.D Duas perguntas que resolvem o caso

PERGUNTA	RESPOSTA
O advogado perde toda a advocacia, até em causa própria?	Incompatibilidade (art. 28)
Perde só a advocacia contra (ou a favor de) o ente do vínculo?	Impedimento (art. 30)
O cargo está entre os oito incisos do art. 28?	Se sim, incompatível; se é servidor ou parlamentar sem Mesa, impedido

3.8 Quem leciona em curso jurídico e outras figuras especiais Aprender · seção 3.8

- Quem leciona em curso jurídico fica fora do impedimento do inciso I, e o diretor de curso jurídico fica fora do inciso III (art. 30, parágrafo único, e art. 28, § 2º).
- Em instituição pública, quem leciona em outro curso é impedido, e o diretor de curso de outra área é incompatível.
- Juízes eleitorais e suplentes oriundos da advocacia não são incompatíveis (STF, ADI 1.127).
- Mesário e servidor eleitoral transitório não são impedidos nem incompatíveis, salvo por outra função pública.
- O juiz leigo é impedido perante os Juizados Especiais enquanto exercer a função (Lei 9.099/1995, art. 7º, parágrafo único).

3.9 O impedido dentro da sociedade de advogados Aprender · seção 3.9

- O impedimento não se estende à sociedade nem aos demais sócios (entendimento dos tribunais de ética da OAB).
- Impedimento ou incompatibilidade temporária não exclui o sócio: averba-se no registro da sociedade, sem explorar o nome e a imagem dele (art. 16, § 2º).
- O sócio impedido fica fora das procurações, do contato com o cliente e dos impressos da causa.
- A sociedade não pode usar o ingresso do sócio para captação indevida ou tráfico de influência.

3.10 Outros impedimentos: o juiz conhecido Aprender · seção 3.10

- O CPC prevê a suspeição do juiz amigo íntimo ou inimigo da parte ou dos seus advogados (art. 145, I).

- Revogação pelo cliente não desobriga os honorários contratados nem a sucumbência proporcional (CED, art. 17).
- Substabelecimento: com reserva é ato pessoal do advogado da causa; sem reserva exige prévio e inequívoco conhecimento do cliente (CED, art. 26 e § 1º).

7.5 Conflito de interesses e patrocínio vedado Aprender · seção 7.5

- Sociedade ou cooperação permanente: não representa clientes com interesses opostos (CED, art. 19).
- Conflito superveniente: opta por um mandato, renuncia aos demais, resguarda o sigilo (CED, art. 20).
- Contra ex-cliente ou ex-empregador: resguarda o sigilo (CED, art. 21).
- Não patrocina causa contra a validade de ato em que colaborou; declina o impedimento seu ou da sociedade (CED, art. 22).
- Não é patrono e preposto no mesmo processo (CED, art. 25); defende no crime sem considerar sua opinião sobre a culpa (art. 23).

7.6 Sigilo profissional: dever de ordem pública Aprender · seção 7.6

- Guarda sigilo dos fatos conhecidos na profissão e em funções na OAB (CED, art. 35 e parágrafo único).
- É de ordem pública e independe de pedido do cliente (CED, art. 36).
- Comunicações com o cliente presumem-se confidenciais; mediador, conciliador e árbitro também guardam sigilo (CED, art. 36, §§ 1º e 2º).
- Sem prazo: subsiste ao fim do mandato e abrange o que se soube em funções na OAB (CED, art. 35, parágrafo único).
- Cede por justa causa, como grave ameaça à vida ou à honra, ou defesa própria, seja qual for a natureza da causa (CED, art. 37).
- É vedada a colaboração premiada contra cliente ou ex-cliente, com processo disciplinar que pode levar à exclusão (Estatuto, art. 7º, § 6º-I).

7.7 Dever de depor: o advogado não é obrigado Aprender · seção 7.7

- Não é obrigado a depor sobre fatos sigilosos em processo ou procedimento judicial, administrativo ou arbitral (CED, art. 38).
- A autorização do cliente não o obriga: o Estatuto assegura a recusa mesmo quando o constituinte autoriza ou solicita o depoimento (art. 7º, XIX).

D Edson deve prestar a assessoria de modo escrito, mas não é necessária a outorga de mandato ou formalização por contrato de honorários.

---

8 39° EXAME · QUESTÃO 8

Luana, advogada especialista em Direito Civil, é procurada por Carla, que busca ajuizar demanda para obtenção de indenização por danos morais e materiais em face de seu vizinho. Ao tomar conhecimento dos fatos, Luana percebe que aquele era o último dia possível para o ajuizamento da ação, visto que a prescrição da pretensão de sua cliente se consumaria no dia seguinte. Luana, então, peticionou, perante o juízo competente, sem, contudo, ter tido tempo hábil para anexar aos autos a procuração de sua cliente, em razão da urgência decorrente da iminente prescrição. Nesse contexto, considerando as disposições do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a afirmativa correta.

A A advogada Luana não pode postular em juízo ou fora dele sem procuração, ainda que em situação de alegada urgência.

B A urgência, por si só, não é suficiente para justificar a não apresentação da procuração, devendo ser conjugada com iminente risco à integridade física ou à vida do cliente.

C Luana não está obrigada a apresentar procuração, visto que o mandato conferido por seus clientes é presumido pelos fatos narrados na inicial e pela documentação que a instrui.

D No contexto da iminente prescrição da pretensão de sua cliente, Luana, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período.

---

9 40° EXAME · QUESTÃO 2

Sebastião, advogado, celebrou contrato de mandato com o cliente Amir, para representá-lo extrajudicialmente, tendo realizado diligências em prol da resolução do imbróglio. Desde a celebração do mandato, passaram-se mais de 20 (vinte) anos, mas as atividades para as quais Amir contratou Sebastião, por sua própria natureza, se protraíram no tempo, sendo ainda necessárias a Amir. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A O mandato extinguiu-se pelo decurso do tempo, salvo se previsto prazo diverso no respectivo instrumento.

B O mandato extinguiu-se pelo decurso do tempo, sendo vedada a previsão de prazo diverso no respectivo instrumento.

C O mandato não se extinguiu pelo decurso do tempo, salvo se foi consignado prazo no respectivo instrumento.

D O mandato não se extinguiu pelo decurso do tempo, sendo vedada a estipulação de prazo no respectivo instrumento.

---

10 41° EXAME · QUESTÃO 6

A advogada Marina prestou consultoria na área de Direito Tributário para uma sociedade empresária, analisando um tema importante para as funções da referida pessoa jurídica. Sobre a atividade da advogada, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

concorreu a nenhum cargo na OAB. Considerando a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

A Cauã, quando cessado seu mandato, deixou de integrar o Conselho Seccional da OAB.

B Cauã permanece como membro honorário do Conselho Seccional da OAB, mas não tem direito de voto ou de voz nas sessões.

C Cauã é ainda membro honorário do Conselho Seccional da OAB e o será de forma vitalícia, tendo, contudo, apenas direito de voz nas sessões.

D Cauã permanece como membro honorário do Conselho Seccional da OAB, a quem são conferidos os direitos a voz e voto nas sessões do Conselho.

---

109 36° EXAME · QUESTÃO 5

O Conselho Seccional X da OAB encontra-se em dificuldades financeiras. Assim, o Conselho Seccional Y pretende socorrê-lo, a fim de preservar a atuação daquele nas defesas dos direitos e prerrogativas dos advogados, por meio da transferência de certos valores em dinheiro e bens móveis, como computadores e impressoras. Diante do caso hipotético narrado, assinale a afirmativa correta.

A É vedada a transferência dos bens móveis e dos recursos em dinheiro do Conselho Seccional Y para o Conselho Secccional X.

B A transferência dos bens móveis e dos recursos em dinheiro é permitida mediante autorização do Conselho Federal da OAB.

C A transferência dos bens móveis e dos recursos em dinheiro é permitida mediante aprovação por ambos os Conselhos Seccionais.

D A transferência dos bens móveis é permitida mediante autorização do Conselho Federal da OAB, e a dos recursos em dinheiro, vedada.

---

110 37° EXAME · QUESTÃO 8

A advogada Maria integra a Comissão de Defesa do Consumidor de certa Seccional da OAB, promovendo debates e a qualificação profissional de colegas sobre temas específicos de Direito do Consumidor. Sobre a atuação de Maria, enquanto integrar a comissão, assinale a afirmativa correta.

A Maria poderá firmar contrato gratuito de prestação de serviços com entidades da OAB.

B Maria é impedida de adquirir bens móveis fungíveis de entidades da OAB.

C Maria poderá alienar bens móveis infungíveis para entidades da OAB.

D Maria poderá adquirir bens imóveis de entidades da OAB.

---

111 40° EXAME · QUESTÃO 5

Formalizou-se, no Tribunal Regional Eleitoral do Estado Alfa, a vacância de um dos cargos de juiz eleitoral, reservado constitucionalmente à classe de advogados. De igual modo, no Tribunal Regional Federal da Enésima Região, sediado na capital do mesmo Estado Alfa, com jurisdição nos Estados Alfa, Beta e Gama, foi também formalizada a vacância de um cargo de juiz federal do Tribunal Regional Federal, destinado à advocacia nos termos da Constituição